



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

**EDITAL****FORNECIMENTO - COM COTA RESERVADA****SEI Nº 0012412-76.2025.6.13.8000****PREGÃO ELETRÔNICO: 90011/2026****DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/03/2026. às 14h (horário de Brasília)****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item****MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado****VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO (POR DEMANDA) : R\$292.724,00 (duzentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e quatro reais), sendo:**

<b>Item 1:</b>	<b>R\$ 116.977,50</b>	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>
<b>Item 2:</b>	<b>R\$ 38.992,50</b>	<b>Cota RESERVADA para ME/EPP/equiparadas)</b>
<b>Item 3:</b>	<b>R\$ 94.080,00</b>	<b>AMPLA CONCORRÊNCIA</b>
<b>Item 4:</b>	<b>R\$ 31.360,00</b>	<b>Cota RESERVADA para ME/EPP/equiparadas)</b>
<b>Item 5:</b>	<b>R\$ 11.314,00</b>	<b>EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS</b>

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o fornecimento, **sob demanda**, de material gráfico para as diversas campanhas da Justiça Eleitoral para 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, **observando-se o disposto nos subitens 2.7 e 2.11.**

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Para fins deste Edital, consideram-se como equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o microempreendedor individual - MEI, conforme art 1º Decreto nº 8.538/2015 e art. 18-E da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

2.7. **Para os itens 2, 4 e 5 (ME/EPP/equiparadas): o certame destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas,** consoante o artigo 8.º, do Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015, **ressalvado o disposto no subitem 5.21.4.**

2.8. **Não poderão PARTICIPAR desta licitação:**

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão TCU - Plenário nº 2426/2020;

2.8.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021](#);

2.8.8. **para os itens 2, 4 e 5 (ME/EPP):** empresas que não sejam enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, conforme as condições estabelecidas pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, **ressalvado o disposto no subitem 5.21.4.**

2.9. O impedimento de que trata o subitem 2.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A vedação de que trata o subitem 2.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Em atendimento ao art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015, **fica reservada cota para participação de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas (ressalvado o disposto no subitem 5.21.4), no percentual de 25 % (vinte e cinco por cento) do somatório dos Itens 1 e 2 e do somatório dos Itens 3 e 4,** conforme tabela abaixo:

ITEM	Quantitativo total	Quantitativo - Cota NÃO reservada	Quantitativo - Cota reservada
------	--------------------	-----------------------------------	-------------------------------

<b>Itens 1 e 2</b>	500 milheiros	Item 1: 375 milheiros	Item 2: 125 milheiros (25%)
<b>Itens 3 e 4</b>	3.500 milheiros	Item 3: 2625 milheiros	Item 4: 875 milheiros (25%)

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5.1. **No caso dos itens 2, 4 e 5 (ME/EPP)**, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

3.6. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará os licitantes às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma dos subitens 3.10 e 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. valor unitário e total do item;
  - 4.1.2. Marca e Fabricante do papel;
  - 4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência(Anexo I deste Edital);
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência(Anexo I deste Edital), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  - 5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes**, no sítio Compras.gov.br.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. **PARA OS ITENS 1 e 3 (AMPLA CONCORRÊNCIA):** Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para **desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a melhor classificada, nos termos do subitem anterior, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21.4. **Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (itens 2 e 4), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal (item 1 e 3) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º do art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015.**
- 5.21.5. **A adjudicação da cota reservada ao vencedor da cota principal ou aos licitantes remanescentes, mencionada no subitem anterior, caso venha a ocorrer, será viabilizada manualmente, ou seja, fora do processo eletrônico, haja vista que o sistema Compras.gov ainda não implementou esta funcionalidade.**
- 5.21.6. **Ocorrendo o previsto no subitem anterior, o item referente à cota reservada será cancelado no sistema eletrônico apenas para possibilitar o prosseguimento das etapas do procedimento licitatório.**
- 5.21.7. **Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço, conforme §3º do art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015.**
- 5.21.8. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares abaixo e dispostos no subitem 4.1 do termo de referência (anexo i deste edital), por meio da opção

"enviar/anexo" do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

- a. Comprovação do atendimento, pelo fabricante, aos requisitos para obtenção de certificação de cadeia de custódia que ateste o manejo sustentável da exploração florestal (FSC ou CERFLOR ou Rótulo Ecológico da ABNT);
- b. Ficha técnica discriminando as características técnicas do(s) material(is) gráfico(s), incluindo o método de branqueamento utilizado, bem como indicar o nome e endereço do sítio eletrônico do fabricante onde possam ser verificadas as informações relativas ao(s) material(is) gráfico(s).

5.21.9. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- a. razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- b. especificação do(s) produto(s), marca e fabricante do papel incluindo todas as suas características;
- c. os prazos exigidos no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);
- d. valor unitário e total do(s) produto(s), em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.8.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.8 a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.10. **O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparadas, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs e equiparadas, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens **2.2.1 e 3.5** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprovem:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### 7.1. Habilitação jurídica:

- 7.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 7.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - 7.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 7.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
  - 7.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 7.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - 7.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
  - 7.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
  - 7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.4. (EXCETO PARA O ITEM 5, CASO ADJUDICADO SEPARADAMENTE) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social* e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.

7.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.

7.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos acima poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.

7.3.8. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

II - Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003/2021;

III - Demonstrativo de Resultado do Exercício;

IV - Termo de Autenticação do Livro Digital.

7.3.9. As microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas, bem como os Microempreendedores Individuais - MEI, conforme Acórdão TCU nº 133/2022 - Plenário, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

### 7.4. **Qualificação Técnica**

7.4.1. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, emitidos em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, obrigações da mesma natureza do objeto a ser contratado no quantitativo mínimo de 50% da contratação ora pretendida.

I. Para fins do subitem anterior, define-se como parcelas de valor significativo, nos termos do art. 67 §1º da Lei nº 14.133/2021, aquelas previstas nos itens 1 a 3 do quadro inserido no subitem 1.1 do Termo de Referência, cada qual com valor individual superior a 4% do valor total estimado da contratação, admitindo-se a comprovação até 50% da quantidade prevista para cada item que o licitante for vencedor.

II. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

III. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

IV. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5. No caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.6.1. **No caso dos Itens 1 e 3 (AMPLA CONCORRÊNCIA):** se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados em original, ou cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.14. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.15. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.15.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).**
- 7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro lugar, terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.18. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.
- 7.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.20. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), para:
- 7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.
- 7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.
- 7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

### 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

- 9.1.1. **deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;**
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;
    - 9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.
  - 9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.
  - 9.1.5. fraudar a licitação.
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. multa;
  - 9.2.2. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - 9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;
- 9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;
- 9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;
- 9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;
- 9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, caso prevista, nos termos do §5º do art. 90 da Lei 14.133/21.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Serão observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Treze do Contrato.
- 9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: [licitar@tre-mg.jus.br](mailto:licitar@tre-mg.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31) 3307-1925 ou (31) 3307-1130.

**11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

- 11.1.1. ELEMENTO: 3390.32.09 – Material para Divulgação
- 11.1.2. U.O.: 14.113
- 11.1.3. PTRES.: 167864
- 11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0033.4269.0001
- 11.1.5. LEI: 15.346/2026

**12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Os licitantes estabelecidos no Estado de Minas Gerais devem atentar, para as vendas mercantis, isto é, operações sujeitas ao ICMS, que a isenção desse imposto prevista no Anexo I, item 136 do RICMS/MG, não se aplica ao TRE/MG, por ser órgão federal, e não estadual.

12.9. Os licitantes estabelecidos em outra Unidade da Federação devem observar que o TRE/MG não é contribuinte do ICMS. Portanto, a nota fiscal deve ser emitida com o CFOP 6107 – Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte, ou 6108 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte, sendo de responsabilidade da licitante vencedora a apuração e o recolhimento do ICMS, nos termos do artigo 155, §2º, inciso VIII, alínea “b”, da Constituição Federal.

12.10. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.

12.12. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação no nos portais de acima referidos, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual, se for o caso.

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 12.13.2. ANEXO II – Minuta de Contrato e seu anexo.

12.14. Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou 3307-1920.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2026

**HELENO RIBEIRO DE MELO OLIVEIRA**  
**Secretário de Gestão Administrativa substituto**

**ANEXO I DO EDITAL  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.**

**1. DO OBJETO:**

1.1. Fornecimento/Aquisição, SOB DEMANDA, de material gráfico para as diversas campanhas da Justiça Eleitoral para 2026, quando o volume de material impresso, devido à realização das eleições, irá ultrapassar a capacidade de produção da Seção de Artes Gráficas – SAGRA, conforme quantidade, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p align="center">Cartazes (até 8 modelos distintos)</p> <p>Formato: A3 Gramatura: 120 g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refilê simples</p> <p>Observações: 1) a quantidade mínima de impressão de cada modelo de cartaz será 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de mil 2) os cartazes devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação do modelo de cartaz na parte externa de cada pacote.</p>	<p>375 milheiros (375.000 unidades)</p>	R\$311,94	R\$ 116.977,50
2	<p align="center">Cartazes (até 8 modelos distintos)</p> <p>Formato: A3 Gramatura: 120 g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refilê simples</p> <p>Observações: 1) a quantidade mínima de impressão de cada modelo de cartaz será 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de mil 2) os cartazes devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação do modelo de cartaz na parte externa de cada pacote.</p>	<p>125 milheiros (125.000 unidades) <b>(Cota RESERVADA para ME/EPP/equiparadas)</b></p>	R\$ 311,94	R\$ 38.992,50
3	<p align="center">Folheto (até 5 modelos distintos)</p> <p>Formato: 10,5 cm X 13,5 cm</p>	<p>2.625 milheiros (2.625.000 unidades)</p>	R\$ 35,84	R\$ 94.080,00

	<p>Gramatura: 75g          Tipo de papel: AP          Cor: 4 X 0          Acabamento: refile simples</p> <p>Observações:          1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folheto será de 30.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000.          2) Os folhetos devem ser entregues empacotados em quantitativos de 500 unidades por pacote, com identificação do modelo de folheto na parte externa de cada pacote.</p>			
4	<p>Folheto (até 5 modelos distintos)</p> <p>Formato: 10,5 cm X 13,5 cm          Gramatura: 75g          Tipo de papel: AP          Cor: 4 X 0          Acabamento: refile simples</p> <p>Observações:          1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folheto será de 30.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000.          2) Os folhetos devem ser entregues empacotados em quantitativos de 500 unidades por pacote, com identificação do modelo de folheto na parte externa de cada pacote.</p>	<p>875 milheiros          (875.000 unidades)  <b>(Cota RESERVADA para ME/EPP/equiparadas)</b></p>	R\$ 35,84	R\$ 31.360,00
5	<p>Folder (até 3 modelos distintos)</p> <p>Formato: A5 (folha de papel A4 com impressão na frente e no verso e uma dobra no meio)          Gramatura: 90g          Tipo de papel: AP          Cor: 4 X 0          Acabamento: refile simples</p> <p>Observações:          1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folder será de 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000.          2) Os folders devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 unidades por pacote, com identificação do modelo de folder na parte externa de cada pacote.</p>	<p>100 milheiros          (100.000 unidades)</p>	R\$ 113,14	R\$ 11.314,00

**OBSERVAÇÃO: Importante ressaltar que os quantitativos são estimados e serão utilizados ao longo da vigência do contrato, sob demanda.**

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A contratação de material gráfico se justifica pela necessidade de atender à demanda extraordinária de peças gráficas produzidas localmente, especialmente em anos eleitorais, como 2026. Tais materiais têm como objetivo principal a orientação do eleitor, contribuindo para a celeridade e segurança do processo de votação, além de atender exigências legais, como a afixação de cartazes previstos no art. 39-A da Lei nº 9.504/97.

2.2. A Seção de Artes Gráficas do TRE-MG não possui capacidade suficiente para absorver o volume de impressões exigido em períodos eleitorais, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada para suprir essa demanda.

2.3. No que se refere à contratação de folhetos, cumpre destacar que a produção e distribuição das chamadas "colinhas" aos eleitores constitui medida essencial para assegurar a fluidez do processo de votação e mitigar a ocorrência de equívocos quanto à ordem de escolha dos candidatos. Trata-se de material gráfico no qual o eleitor pode registrar previamente seus candidatos, o que dispensa consultas durante o exercício do voto, contribuindo para maior agilidade e organização nos locais de votação.

2.4. A estimativa de quantitativos foi estabelecida com base em dados históricos de eleições anteriores, contemplando não apenas o material gráfico utilizado diretamente no pleito, mas também aquele empregado em ações institucionais como o fechamento do cadastro eleitoral e campanhas de incentivo à participação, a exemplo do programa Mesário Voluntário e da campanha Facilite Seu Voto.

2.5. Destaca-se, ainda, que entre os itens a serem impressos figura o cartaz previsto no artigo 39-A da Lei nº 9.504/1997, cuja afixação é obrigatória tanto na parte interna quanto na parte externa de todas as seções eleitorais. Embora o número exato de seções para as Eleições de 2026 ainda não esteja definido, como referência, nas Eleições de 2022 foram impressos aproximadamente 102.000 exemplares desse cartaz, evidenciando a magnitude da demanda envolvida.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Contratação de material gráfico em formatos (cartazes, folhetos e folders) e quantitativos variados para as Eleições 2026 em modelos diversos (conforme especificado no item 6 destes estudos preliminares), visto que a Seção de Artes Gráficas do TRE-MG não possui capacidade suficiente para absorver o volume de impressões exigido em períodos eleitorais, para atendimento da necessidade de orientar, informar e sensibilizar o eleitorado mineiro sobre aspectos fundamentais para a realização das eleições, como, por exemplo, dia e hora da realização das eleições, cargos em disputa, locais de votação, documentação necessária para votar, utilização do e-Título e demais campanhas da Justiça Eleitoral mineira (mesário voluntário, facilite seu voto, etc)

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

A contratada deverá observar os requisitos para obtenção de certificação de cadeia de custódia que comprove o manejo sustentável da exploração florestal.

**Especificação técnica do produto:** "O papel deve ser obrigatoriamente produzido com observância dos requisitos para obtenção de certificação de cadeia de custódia que comprove o manejo sustentável da exploração florestal";

**Documentos relativos à Proposta:** "A contratada deverá apresentar comprovação do atendimento, pelo fabricante, aos requisitos para obtenção de certificação de cadeia de custódia que ateste o manejo sustentável da exploração florestal (FSC ou CERFLOR ou Rótulo Ecológico da ABNT)".

**Embasamento legal/técnico:** NBR 14789:2012; NBR 14790:2014; NBR 16789:2014; NBR 17790:2014; Forest Stewardship Council (FSC) (<https://br.fsc.org/ptbr>); CERFLOR: Portaria Inmetro 512/2012 – Cadeia de Custódia; Portaria Inmetro 547/2012 – Manejo Florestal; Rótulo Ecológico da ABNT PE151.01 – Rótulo Ecológico para papel de cópia e para usos gráficos.

#### Método de branqueamento Livre de Cloro Elementar (ECF) ou Totalmente Livre de Cloro (TCF)

**Especificação técnica do produto:** "O método de branqueamento do papel deve ser livre de cloro elementar ou totalmente livre de cloro";

**Documentos relativos à Proposta:** "A contratada deverá informar qual o fabricante da marca do papel a ser fornecido e apresentar ficha técnica discriminando as características técnicas do produto, incluindo o método de branqueamento utilizado, bem como indicar o endereço do sítio eletrônico do fabricante onde possam ser verificadas as informações relativas ao produto".

**Embasamento legal/técnico:** BNT NBR ISO 14021:2017; Rótulo Ecológico da ABNT PE151.01 Rótulo Ecológico para papel de cópia e para usos gráficos.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O TRE-MG solicitará a confecção dos impressos por etapas, em datas e quantitativos distintos, respeitando o mínimo de 3.000 cartazes, 30.000 folhetos e 3.000 folders por vez.

5.2. Não há data definida para que seja feita a primeira solicitação de impressos.

5.3. A entrega das peças gráficas observará os prazos estabelecidos nas tabelas 1, 2, 3 e 4 deste item, a saber:

**TABELA 1**

<b>Solicitação de fornecimento</b>	<b>Prazo para a contratada apresentar as provas de impressão à CDM:</b>	<b>Prazo para a CDM provar ou recusar as provas de impressão:</b>	<b>Prazo para a contratada substituir as provas de impressão recusadas:</b>
<b>Sempre que houver demanda</b> , a CDM encaminhará a solicitação de fornecimento à Contratada, juntamente com a especificação do item desejado, o quantitativo a ser impresso e a arte correspondente, por escrito e preferencialmente por e-mail.	<b>2 dias úteis</b> após o recebimento das artes.	<b>1 dia útil contado</b> após o recebimento da amostra.	<b>1 dia útil</b> contado da notificação da recusa.

**TABELA 2 - CARTAZES:**

<b>Quantidade de cartazes solicitados:</b>	<b>Prazo para a empresa fornecer os cartazes:</b>	<b>Prazo para a CDM aprovar ou recusar os cartazes:</b>	<b>Prazo para a substituição dos cartazes recusados:</b>
De 3.000 a 20.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos cartazes	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 21.000 a 100.000	Até 5 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 101.000 a 200.000	Até 9 dias úteis contados da data da retirada das arte da aprovação da prova de impressão		Até 5 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 201.000 a 350.000	Até 12 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 6 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 351.000 a 500.000	Até 15 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 7 dias úteis contados da recusa

**TABELA 3 - FOLHETOS**

<b>Quantidade de folhetos solicitados:</b>	<b>Prazo para a empresa fornecer os folhetos:</b>	<b>Prazo para a CDM aprovar ou recusar os folhetos:</b>	<b>Prazo para a substituição dos cartazes recusados:</b>
De 30.000 a 201.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos folhetos	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 201.000 a 500.000	Até 5 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 501.000 a 1500.000	Até 8 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 5 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 1.501.000 a 2.500.000	Até 12 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 6 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 2.501.000 a 3.500.000	Até 14 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 8 dias úteis contados da data da notificação da recusa

**TABELA 4 - FOLDERS**

<b>Quantidade de folders solicitados:</b>	<b>Prazo para a empresa fornecer os folders:</b>	<b>Prazo para a CDM aprovar ou recusar os folders:</b>	<b>Prazo para a substituição dos folders recusados:</b>
De 3.000 a 20.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos cartazes	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa

De 21.000 a 50.000	Até 4 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 51.000 a 100.000	Até 5 dias úteis contados da data da retirada das artes da aprovação da prova de impressão	Até 4 dias úteis contados da data da notificação da recusa

5.4. Os prazos previstos para a entrega das peças gráficas impressas, bem como os relativos à retirada das artes, apresentação das provas de impressão e substituição dos materiais com problemas de impressão, foram fixados tendo em vista a necessidade de suprir as demandas de vários cartórios eleitorais do Estado.

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. DA RETIRADA DAS ARTES PARA IMPRESSÃO:

6.1. Sempre que houver necessidade, o TRE-MG encaminhará à Contratada, por escrito e preferencialmente por e-mail, a solicitação de fornecimento contendo a especificação do item solicitado, o quantitativo desejado e a arte a ser impressa.

## 7. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROVAS DE IMPRESSÃO:

7.1. Para que a qualidade das peças possa ser aprovada antes de se iniciar a impressão em série, a contratada deverá submeter à apreciação da CDM/SCS/TRE-MG, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a data do recebimento das artes das peças gráficas, uma prova de impressão de cada modelo de cartaz, de cada modelo de folheto e de cada modelo de folder, impressa de acordo com as respectivas artes, nos formatos, cores e papéis especificados no subitem 1.1 e conforme estabelecido na Tabela 1 do subitem 5.3 deste Termo de Referência.

7.2. Na hipótese de desaprovação das provas de impressão, quer seja por desacordo com as especificações técnicas constantes no item 1.1 deste Termo de Referência, quer seja por incorreção ou discrepância entre cores, formatos ou elementos constantes das artes de cada peça, a empresa contratada terá o prazo de 1 (um) dia útil após a data da notificação do fato pelo TRE-MG para apresentar novas provas, conforme estabelecido na Tabela 1 do subitem 5.3 deste Termo de Referência.

7.3. Na conjectura de não haver aprovação das segundas provas de impressão, o TRE-MG se reserva o direito de dispensar a contratada e de proceder à contratação de uma nova empresa para a contratação do objeto ora pretendido, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.4. Havendo a aprovação das provas apresentadas, todo o trabalho de impressão dos materiais (cartazes e folhetos) contratados deverá possuir o mesmo padrão de qualidade das provas aprovadas, sob pena de devolução de todo o material e do não pagamento do valor contratado pelo TRE-MG.

## 8. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DEFEITUOSAS:

8.1. Após o recebimento e a conferência das peças gráficas impressas, o TRE-MG notificará a contratada, por e-mail, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento, a respeito de eventuais problemas com o material utilizado e/ou na qualidade de impressão, conforme estabelecido nas Tabelas 2, 3 e 4 do subitem 5.3. deste Termo de Referência.

8.2. A contratada ficará obrigada a substituir as peças com problemas de impressão ou que estiverem em desacordo com as especificações exigidas no subitem 1.1 deste Termo de Referência **no prazo estabelecido nas Tabelas 2, 3 e 4** do subitem 5.3 deste Termo de Referência, ficando, após esse prazo, sujeita às penalidades legais.

## 9. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

9.1. Os materiais impressos deverão ser entregues, na quantidade solicitada, na Seção de Gestão de Almoxarifado do TRE-MG (SEGAL/ TRE-MG), no Centro de Apoio do TRE-MG, situado na Rua Flor de Trigo, n.º 20/24, Belo Horizonte/MG, CEP 30865330, de segunda a sexta-feira, no horário entre 8 e 17 horas, no **prazo estabelecido nas Tabelas 2, 3 e 4** do subitem 5.3 deste Termo de Referência, contados da data da aprovação das provas de impressão pela CDM/SCS/TREMG, conforme disposto nas Tabelas 2, 3 e 4 do subitem 5.3 deste Termo de Referência.

9.2. Os cartazes devem ser entregues embalados em quantitativos de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação de qual cartaz se trata na parte externa de cada pacote.

9.3. Os folhetos deverão ser entregues em pacotes de 500 (quinhentas) unidades por pacote, com identificação de qual folheto se trata na parte externa de cada pacote.

9.4. Os folder deverão ser entregues em pacotes de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação de qual folder se trata na parte externa de cada pacote.

9.5. Na impossibilidade de entrega do objeto no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do seu término**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

9.5.1. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

10.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas;

10.2.2. As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

10.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

10.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.5. A Fiscalização da Contratante sempre que entender necessário poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.6. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:

10.6.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;

10.6.2. atestar o efetivo fornecimento dos bens;

10.6.3. identificada qualquer inexistência ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

10.6.4. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;

10.6.5. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;

10.6.6. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

10.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.

10.8. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;

10.8.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.9. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.9.1. O Gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

10.9.2. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

10.9.3. O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

11.1.1. O contrato tem como objetivo a entrega dos bens segundo as especificações mínimas exigidas, de modo que sua entrega em desacordo ao que foi exigido importa em inexecução contratual, não se vislumbrando a aplicabilidade de IMR na presente aquisição.

11.1.2. Noutras palavras, o pagamento somente será realizado após o recebimento do objeto em consonância com a sua descrição. Em caso de apresentação de defeitos ensejadores de substituição, a contratada só receberá o pagamento após sanadas as imperfeições.

11.1.3. Portanto, justificável a não utilização do IMR, pois, a definição de critérios de mensuração voltados à apuração de resultados/metras não se mostra consentânea com a realidade das contratações de aquisição.

## **12. Recebimento do Objeto**

12.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto nas tabelas 2,3,4 do subitem 5.3 deste Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, contados do "recebimento provisório", após a verificação da qualidade e quantidade do material e, mediante termo detalhado.

12.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## **13. Forma e prazo de pagamento**

13.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura e após atestado o efetivo fornecimento do quantitativo faturado **OU** o recebimento definitivo do(s) produto(s) por um dos(as) servidores(as) designados(as).

13.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

14.2. Será adotado o critério de julgamento de menor preço.

14.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

### Comprovação da capacidade técnica-operacional

14.4. O licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de Qualificação Técnica:

14.4.1. A licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, obrigações da mesma natureza do objeto a ser contratado, equivalente a 50% do total solicitado.

14.4.2. Para fins do subitem anterior, define-se como parcelas de valor significativo, nos termos do art. 67 §1º da Lei nº 14.133/2021, aquelas previstas nos itens 1 a 3 do quadro inserido no subitem 1.1 deste Termo de Referência, cada qual com valor individual superior a 4% do valor total estimado da contratação, admitindo-se a comprovação até 50% da quantidade prevista para cada item que o licitante for vencedor.

### **Justificativa Técnica para Exigência de Atestado de Capacidade Técnica**

Em relação ao subitem 14.4.1, que trata da comprovação da capacidade técnico-operacional, esclarecemos que tal exigência tem por finalidade assegurar que a empresa contratada disponha de condições efetivas para atender ao fornecimento dos materiais, evitando que o volume de produção ultrapasse sua capacidade operacional. Ressalta-se, ainda, que, em razão do parcelamento do objeto, é recomendável que os atestados demonstrem atendimento ao percentual de 50% para cada item que o licitante for vencedor, uma vez que estes poderão ser solicitados de forma concomitante, conforme as necessidades do Tribunal.

A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica visa, em suma:

Mitigar riscos de inadimplemento contratual, assegurando que a empresa tenha condições técnicas e operacionais para atender à demanda com qualidade e dentro do prazo;

Comprovar experiência prévia significativa, por meio da execução de obrigações de mesma natureza, equivalente a 50% de cada item, o que demonstra domínio técnico e capacidade de mobilização de recursos compatíveis com a contratação;

Garantir a efetividade da resposta, evitando contratações de empresas inexperientes que possam comprometer a o fornecimento;

Assegurar a economicidade e eficiência da contratação, ao selecionar fornecedores com histórico de desempenho satisfatório.

A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a capacidade de executar o objeto, estando no âmbito da discricionariedade da Administração estabelecer os critérios, a depender, dentre outros fatores, do objeto a ser contratado.

Neste sentido, a Decisão 1288/2002 Plenário TCU:

(...)A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas.

14.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

#### **Justificativa**

A execução adequada desses itens é essencial para garantir a qualidade e tempestividade das peças gráficas que compõem as campanhas eleitorais de 2026, cuja divulgação é estratégica para assegurar a transparência e a credibilidade do processo eleitoral.

Considerando a necessidade de execução de grande volume em curto prazo, exige-se capacidade operativa e gerencial superior das contratadas, sob pena de comprometer a qualidade ou a finalidade da contratação.

A ausência de experiência comprovada na produção de materiais gráficos em escala pode comprometer a execução contratual, gerando riscos à imagem institucional e ao cumprimento dos prazos legais.

14.4.4. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

### **15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1. O custo estimado da contratação está previsto no edital de licitação.

### **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

### **17. PENALIDADES**

17.1 O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato.

### **18. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

18.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

### **19. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI**

19.1. Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

**ANEXO II DO EDITAL  
MINUTA DO CONTRATO  
(\*\*\*A depender do item adjudicado)**

**SEI nº 0012412-76.2025.6.13.8000**  
**Contrato nº ...../.... - TREMG**

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E**  
.....

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte – MG, situado na Av. Prudente de Moraes n.º 100, CNPJ n.º 05.940.740/0001-21, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Cassiana Lopes Viana, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a ....., CNPJ nº ....., com sede em .....,/MG, na ....., nº ....., Bairro ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., ....., vêm ajustar o presente Contrato de Fornecimento, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é o fornecimento, sob demanda, de **material gráfico**, conforme especificações no Anexo deste Instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Entregar os materiais impressos na quantidade solicitada, no endereço da Seção de Gestão de Almoxarifado da CONTRATANTE (Rua Flor de Trigo, nº 20/24, Belo Horizonte/MG, CEP 30865-330), de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, **dentro do prazo definido nas Tabelas do subitem 2.3 do Anexo deste Instrumento**, contado a partir da aprovação das provas de impressão pela CDM/SCS da CONTRATANTE;
- II. Substituir as peças com problemas de impressão ou que estiverem em desacordo com as especificações exigidas contidas no item 1 do Anexo deste Instrumento, **no prazo estabelecido nas Tabelas do subitem 2.3 do Anexo deste instrumento**, ficando, após esse prazo, sujeita às penalidades legais;
- III. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- IV. Indicar o nome do(a) seu/sua preposto(a) que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos ao objeto deste Contrato;
- V. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone/e-mail, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- VI. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas no fornecimento/aquisição, apontadas pelos(as) servidores/servidoras designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE.
- VII. Cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE, além dos postulados legais vigentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- VIII. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE, seus/suas servidores/servidoras ou outros, por ocasião do fornecimento/aquisição ora contratado, bem como por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, ou que estes venham causar a terceiros, obrigando-se à reparação e/ou à indenização, conforme o caso;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Oferecer garantia pelo prazo estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Parágrafo Único:** Na impossibilidade de entrega do impresso solicitado no prazo avençado na tabela do item 2.3 do Anexo deste Instrumento, caberá à CONTRATADA, **antes do término daquele prazo**, solicitar a sua prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do Contrato;
- II. Encaminhar à CONTRATADA, por escrito e preferencialmente por e-mail, a solicitação de fornecimento contendo a especificação do item solicitado, o quantitativo desejado e a arte a ser impressa, **sempre que houver necessidade;**
- III. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas no fornecimento ora contratado, estabelecendo quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- IV. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Contrato;
- V. Exercer a fiscalização do fornecimento, objeto desse Contrato, por servidores/servidoras especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.
- VI. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento do produto, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento do produto, diretamente ou por prepostos(as) designados(as), podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

**Parágrafo Segundo:** A existência de fiscalização, pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre o fornecimento contratado e pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 1 (um) ano, iniciando-se em ..... (.....) de ..... de ..... (dois mil e .....) e encerrando-se em ..... (.....) de ..... de ..... (dois mil e .....).

### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor total estimado do contrato é de **R\$..... (.....)**.

**Parágrafo Único:** Os valores unitários de cada item estão descritos no anexo deste Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA – DA RECOMPOSIÇÃO

O preço constante neste instrumento poderá ser reajustado, desde que expressamente solicitado pela CONTRATADA, observado sempre o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (03/12/2025) ou da última majoração de preços, nos termos do inciso V do artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021 e os artigos 2º e 3º da Lei n.º 10.192/2001, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, referente ao período anual anterior.

**Parágrafo Segundo:** Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Terceiro:** Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

**Parágrafo Quarto:** Os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão ser respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 02(dois) meses, contados da solicitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

Os produtos serão recebidos, a cada solicitação:

- I. Provisoriamente, mediante recibo no ato da entrega, de acordo com o disposto na alínea "a" do inciso II do artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021;
- II. Definitivamente, mediante termo detalhado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o "recebimento provisório", conforme preceitua a alínea "b" do inciso II do artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** Após o recebimento e a conferência das peças gráficas impressas, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, por e-mail, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento, a respeito de eventuais problemas com o material utilizado e/ou na qualidade de impressão, conforme estabelecido nas Tabelas do subitem 2.3. do Anexo deste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura e após atestado o efetivo fornecimento do quantitativo solicitado/faturado e o recebimento definitivo do(s) produto(s) por um dos(as) servidores(as) designados(as).

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de que trata o *caput* será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 7º, § 2º da IN SEGES nº 77/2022.

**Parágrafo Segundo:** Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no caput desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida no art. 141, incisos I a IV da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, no caso do parágrafo primeiro, incisos I ao V, do art. 141 da mencionada Lei.

**Parágrafo Quarto:** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Quinto:** Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

**Parágrafo Sexto:** Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

**Parágrafo Sétimo:** Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

**Parágrafo Oitavo:** Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

**Parágrafo Nono:** O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

**Parágrafo Dez:** Para os casos de venda mercantil, ou seja, operação sujeita ao ICMS, a CONTRATADA estabelecida no Estado de Minas Gerais deverá observar que a isenção desse imposto prevista no Anexo I, item 136 do RICMS/MG, não se aplica à CONTRATANTE, por ser órgão federal, e não estadual.

**Parágrafo Onze:** Caso a CONTRATADA seja estabelecida em outra Unidade da Federação, deverá observar que a CONTRATANTE não é contribuinte do ICMS. Portanto, a nota fiscal deve ser emitida com o CFOP 6107 – Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte, ou 6108 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a apuração e o recolhimento do ICMS, nos termos do artigo 155, §2º, inciso VIII, alínea “b”, da Constituição Federal.

**Parágrafo Doze:** Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo Treze:** Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/1966, o prazo para pagamento em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

## CLÁUSULA NONA - DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, as partes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, sócios, representantes legais e contatos de empregados vinculados a esta contratação, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

**Parágrafo Primeiro:** Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 (doravante denominada “LGPD”), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

**Parágrafo Segundo:** Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus funcionários, parceiros, fornecedores, subcontratados, se houver, e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

**Parágrafo Terceiro:** Cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar à outra ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD".

## CLÁUSULA DEZ - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no exercício de 2026, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

**Parágrafo Primeiro:** As despesas de 2027 correrão à conta da dotação orçamentária definida em lei específica para aquele exercício.

**Parágrafo Segundo:** Serão emitidas Notas de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

## CLÁUSULA ONZE - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº ....., **homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE**, nos autos do Processo nº 0012412-76.2025.6.13.8000, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único:** Integram o presente Contrato o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação.

## CLÁUSULA DOZE - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observados os termos dispostos nesta cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** A entrega em desacordo com o contrato ou a entrega parcial do objeto da contratação, sem justificativa válida, acarretará multa compensatória de 20% (vinte) por cento sobre o valor inadimplido.

**Parágrafo Segundo:** O atraso injustificado na entrega ou na substituição do produto objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor inadimplido, até o 6º (sexto) dia de atraso.

**Parágrafo Terceiro:** Após o 6º (sexto) dia de atraso, poderá haver a extinção do contrato, configurando sua inexecução total (não entrega), e acarretará multa de 20% (vinte) por cento sobre o valor do contrato sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Quarto:** O inadimplemento total do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Quinto:** O inadimplemento parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Sexto:** Se o valor da multa for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

**Parágrafo Sétimo:** O período de atraso será contado em dias corridos, excluindo-se o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

**Parágrafo Oitavo:** Havendo solicitação, pela CONTRATADA, de qualquer alteração na entrega ou execução e, deferido o pedido, não serão computados, para cálculo do atraso, os dias decorridos, desde a data do protocolo do pedido até o recebimento da comunicação do deferimento. Indeferido o pedido, o referido tempo também será computado para efeito do cálculo da multa

**Parágrafo Nono:** Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Dez:** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**Parágrafo Onze:** As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas do saldo havido pela contratada junto ao contratante, conforme parágrafo 8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Doze:** Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

**Parágrafo Treze:** O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

**Parágrafo Quatorze:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Quinze:** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela CONTRATADA no SICAF.

**Parágrafo Dezesseis:** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da CONTRATADA, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**Parágrafo Dezessete:** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo Dezoito:** A desídia na regularização do fornecimento/aquisição poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**CLÁUSULA QUATORZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- I. Conforme dispõem a Constituição Federal no parágrafo 3º do artigo 195, e o artigo 2º da Lei nº. 9.012/1995, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento;
- II. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- III. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas à CONTRATANTE;
- IV. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- V. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.
- VI. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais;
- VII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para o fornecimento/aquisição objeto deste Contrato;
- VIII. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO**

Por força do disposto no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e no paragrafo 1º do artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento de forma eletrônica.

Belo Horizonte, .....

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**Cassiana Lopes Viana**  
**Diretora-Geral**

**EMPRESA**

.....

**ANEXO**

**(\*\*\*A depender do item adjudicado)****1. DO FORNECIMENTO SOB DEMANDA**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
1	<p>Cartazes (até 8 modelos distintos)</p> <p>Formato: A3 Gramatura: 120 g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refile simples</p> <p>Observações: 1) a quantidade mínima de impressão de cada modelo de cartaz será 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de mil. 2) os cartazes devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação do modelo de cartaz na parte externa de cada pacote.</p>	375 milheiros (375.000 unidades)	R\$
2	<p>Cartazes (até 8 modelos distintos)</p> <p>Formato: A3 Gramatura: 120 g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refile simples</p> <p>Observações: 1) a quantidade mínima de impressão de cada modelo de cartaz será 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de mil. 2) os cartazes devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 (cem) unidades por pacote, com identificação do modelo de cartaz na parte externa de cada pacote.</p>	125 milheiros (125.000 unidades) <b>(Cota RESERVADA para ME/EPP/equiparadas)</b>	R\$
3	<p>Folheto (até 5 modelos distintos)</p> <p>Formato: 10,5 cm X 13,5 cm Gramatura: 75g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refile simples</p> <p>Observações: 1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folheto será de 30.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000. 2) Os folhetos devem ser entregues empacotados em quantitativos de 500 unidades por pacote, com identificação do modelo de folheto na parte externa de cada pacote.</p>	2.625 milheiros (2.625.000 unidades)	R\$
4	Folheto (até 5 modelos distintos)	875 milheiros (875.000 unidades)	R\$

	<p>Formato: 10,5 cm X 13,5 cm Gramatura: 75g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refile simples</p> <p>Observações: 1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folheto será de 30.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000. 2) Os folhetos devem ser entregues empacotados em quantitativos de 500 unidades por pacote, com identificação do modelo de folheto na parte externa de cada pacote.</p>	(Cota <b>RESERVADA</b> para <b>ME/EPP/equiparadas</b> )	
<b>5</b>	<p>Folder (até 3 modelos distintos)</p> <p>Formato: A5 (folha de papel A4 com impressão na frente e no verso e uma dobra no meio) Gramatura: 90g Tipo de papel: AP Cor: 4 X 0 Acabamento: refile simples</p> <p>Observações: 1) A quantidade mínima de impressão de cada modelo de folder será de 3.000 unidades e serão solicitados múltiplos de 1000. 2) Os folders devem ser entregues empacotados em quantitativos de 100 unidades por pacote, com identificação do modelo de folder na parte externa de cada pacote.</p>	100 milheiros (100.000 unidades)	R\$

**OBSERVAÇÃO: Os quantitativos são estimados e serão utilizados ao longo da vigência do contrato, sob demanda.**

## 2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1. A CONTRATANTE solicitará a confecção dos impressos por etapas, em datas e quantitativos distintos, respeitando o mínimo descrito na tabela constante do item 1 deste Anexo.
- 2.2. Não há data definida para que seja feita a primeira solicitação de impressos.
- 2.3. A entrega das peças gráficas observará os prazos estabelecidos nas tabelas deste item, a saber:

**TABELA 1**

Solicitação de fornecimento	Prazo para a CONTRATADA apresentar as provas de impressão à CONTRATANTE :	Prazo para a CONTRATANTE aprovar ou recusar as provas de impressão:	Prazo para a CONTRATADA substituir as provas de impressão recusadas:
<b>Sempre que houver demanda</b> , a CONTRATANTE encaminhará a solicitação de fornecimento à CONTRATADA, juntamente com a especificação do item desejado, o quantitativo a ser impresso e a arte correspondente, por escrito e preferencialmente por e-mail.	<b>2 dias úteis</b> após o recebimento das artes.	<b>1 dia útil contado</b> após o recebimento da amostra.	<b>1 dia útil</b> contado da notificação da recusa.

**TABELA 2 - CARTAZES: (\*\*A depender do item adjudicado)**

<b>Quantidade de cartazes solicitados:</b>	<b>Prazo para a CONTRATADA fornecer os cartazes:</b>	<b>Prazo para a CONTRATANTE aprovar ou recusar os cartazes:</b>	<b>Prazo para a substituição dos cartazes recusados:</b>
De 3.000 a 20.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos cartazes	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 21.000 a 100.000	Até 5 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 101.000 a 200.000	Até 9 dias úteis contados da data da retirada das arte da aprovação da prova de impressão		Até 5 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 201.000 a 350.000	Até 12 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 6 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 351.000 a 500.000	Até 15 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 7 dias úteis contados da recusa

**TABELA 3 - FOLHETOS (\*\*A depender do item adjudicado)**

<b>Quantidade de folhetos solicitados:</b>	<b>Prazo para a CONTRATADA fornecer os folhetos:</b>	<b>Prazo para a CONTRATANTE aprovar ou recusar os folhetos:</b>	<b>Prazo para a substituição dos cartazes recusados:</b>
De 30.000 a 201.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos folhetos	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 201.000 a 500.000	Até 5 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 501.000 a 1500.000	Até 8 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 5 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 1.501.000 a 2.500.000	Até 12 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 6 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 2.501.000 a 3.500.000	Até 14 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 8 dias úteis contados da data da notificação da recusa

**TABELA 4 - FOLDERS (\*\*A depender do item adjudicado)**

<b>Quantidade de folders solicitados:</b>	<b>Prazo para a CONTRATADA fornecer os folders:</b>	<b>Prazo para a CONTRATANTE aprovar ou recusar os folders:</b>	<b>Prazo para a substituição dos folders recusados:</b>
De 3.000 a 20.000	Até 3 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão	Até 5 dias úteis contados da data do fornecimento dos cartazes	Até 2 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 21.000 a 50.000	Até 4 dias úteis contados da data da aprovação da prova de impressão		Até 3 dias úteis contados da data da notificação da recusa
De 51.000 a 100.000	Até 5 dias úteis contados da data da retirada das arte da aprovação da prova de impressão		Até 4 dias úteis contados da data da notificação da recusa

### 3. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROVAS DE IMPRESSÃO:

3.1. Para que a qualidade das peças possa ser aprovada antes de se iniciar a impressão em série, a CONTRATADA deverá submeter à apreciação da CONTRATANTE, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a data do recebimento das artes das peças gráficas, uma prova de impressão de cada modelo, impressa de acordo com as respectivas artes, nos formatos, cores e papéis especificados no item 1 deste Anexo e conforme estabelecido na Tabela 1 do subitem 2.3 desse Anexo.

- 3.2. Na hipótese de desaprovação das provas de impressão, quer seja por desacordo com as especificações técnicas constantes no item 1 deste Anexo, quer seja por incorreção ou discrepância entre cores, formatos ou elementos constantes das artes de cada peça, a CONTRATADA terá o prazo de 1 (um) dia útil após a data da notificação do fato pela CONTRATANTE para apresentar novas provas, conforme estabelecido na Tabela 1 do subitem 2.3 deste Anexo.
- 3.3. Na conjectura de não haver aprovação das segundas provas de impressão, a CONTRATANTE se reserva o direito de dispensar a CONTRATADA e de proceder à contratação de uma nova empresa para a contratação do objeto ora pretendido, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 3.4. Havendo a aprovação das provas apresentadas, todo o trabalho de impressão dos materiais contratados deverá possuir o mesmo padrão de qualidade das provas aprovadas, sob pena de devolução de todo o material e do não pagamento do valor contratado pela CONTRATANTE.